

## **Governança e Territorialidade na Prática do Turismo Rural em Lages e Joinville - SC**

**Elaine Cristina Borges<sup>1</sup>**

**Oklinger Mantovaneli Jr.<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Como muito difundido, o turismo é uma das atividades com maior crescimento dos últimos tempos e diferentes são as modalidades praticadas. Este artigo destaca o turismo rural a partir das questões da territorialidade e governança. Procurou-se analisar duas experiências de desenvolvimento turístico rural, a partir de um empreendimento, não nominado por razões metodológicas, estruturado no município de Lages – SC e a Associação de Turismo Eco Rural em Joinville – SC. Foram realizados estudos de caso, por meio de pesquisa qualitativa, tendo como instrumentos entrevistas semi-estruturadas com diferentes atores envolvidos na dinâmica do fenômeno nos dois diferentes casos. Constataram-se diferenças entre as duas experiências, principalmente no que tange os aspectos de governança, sendo uma corporativa e a outra associativa, diferindo os aspectos envolvidos na territorialidade dos casos em estudo.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento turístico regional. Territorialidade. Governança.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo analisou alterações ocorridas a partir do desenvolvimento turístico do meio rural com a inserção do turismo nos empreendimentos rurais nos municípios de Lages e Joinville, relacionados aos conceitos da governança. O turismo rural foi escolhido, por tratar-se de uma atividade transformadora, tanto para a comunidade local, quanto para os turistas que buscam uma nova experiência num território diferente do qual está habituado, sendo este território, muitas vezes os grandes centros urbanos.

Cabe ressaltar que optou-se pelos municípios Joinville e Lages por apresentarem tipos diferenciados de governança na prática do turismo rural.

Desta forma este artigo apresenta o seguinte conjunto de idéias.

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Especialista em Planejamento e gestão hoteleira pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Bacharel em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI. Gestora do curso de Bacharelado em Turismo da Faculdade Cenecista de Joinville – FCJ. E-mail: [ecristinborges@uol.com.br](mailto:ecristinborges@uol.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela UNESP, Mestre em Administração pela UFSC e Bacharel em Relações Internacionais pela UnB. E-mail: [oklinger@furb.br](mailto:oklinger@furb.br)

Num primeiro momento são discutidos teoricamente os temas: turismo rural, governança e territorialidade. Segue uma breve apresentação metodológica da pesquisa que possibilitou uma comparação exploratória das duas experiências já citadas.

Em seguida são apresentadas as considerações finais com destaque para a inter-relação entre os diferentes tipos de governança existentes no meio rural.

## **1 TURISMO RURAL, DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADE**

Diferentes autores trabalham com os conceitos de turismo rural e o apresentam sob diferentes óticas.

Economistas e administradores tendem a analisar a atividade sob um enfoque econômico, calculando o quanto a atividade gera de divisas e o aumento de empregos em determinada região. Neste enfoque o turismo é apresentado como produto ou indústria.

Na visão de autores como Ruschmann (2001), Boullón (2002) e Beni (2003) este não é um conceito correto da atividade turística, pois uma indústria é uma “atividade de transformação, que emprega numerosos recursos, alguns dos quais podem ser matéria prima e, outros produtos industriais intermediários”. (BOULLÓN, 2002, p. 32).

Nesta perspectiva, apresentam-se as ciências sociais que abordam o turismo sob um enfoque antropológico e social. Desta forma, turismo é analisado como um fenômeno, que engloba os aspectos políticos, sociais, culturais, ambientais e econômicos, numa visão sistêmica da atividade conforme Beni (2003), Boullón (2002) e Sampaio (2005).

Apresenta-se, neste estudo, o turismo na perspectiva sistêmica, procurando considerá-lo em sua complexidade ou seja o turismo trabalhado como um fenômeno.

Destaca-se portanto a análise do espaço rural e suas particularidades territoriais com a prática do turismo rural e suas variáveis como agroturismo, turismo em áreas naturais e turismo no espaço rural, considerando os seus aspectos e suas implicações nas novas territorialidades.

Principalmente após a década de 80, transformações do meio rural se evidenciam, e muitas propriedades deixam de focar exclusivamente a produção de alimentos e, como forma de complemento à renda, incorporam outras atividades. Entre elas destacam-se: prestação de serviços, indústria da transformação, o comércio de mercadorias, os serviços sociais, indústria da construção civil e o turismo. (CAMPANHOLA E SILVA, 2000). Neste mesmo contexto

constata-se a emergência das atividades não agrícolas estimulando um conjunto de reflexões sobre as características de desenvolvimento. (SCHNEIDER E FIALHO, 2000)

Numa análise mais ampla do meio rural, percebe-se que atualmente este meio não tem como única finalidade produzir alimento para as cidades. A atividade rural deixa progressivamente de ser exclusivamente agrícola e passa a ofertar serviços. Neste contexto, o turismo rural surge para quebrar a dicotomia cidade *versus* campo.

Diante deste contexto, surge a atividade turística praticada no ambiente rural. Neste sentido diversos autores concentram-se na análise dos fenômenos do turismo neste meio, existindo diferentes estudos referentes a esta modalidade de turismo, tanto em âmbito nacional, quanto internacional.

Estudando-se estas diferentes abordagens, percebe-se, o fato comum na existência de dificuldades de conceituação do termo, devido a inúmeras possibilidades de definição. Tulik (2003, p. 09) afirma que:

uma das principais dificuldades que envolve o estudo do turismo é o fato de algumas questões que repercutem nessa atividade serem discutidas e resolvidas em outras áreas do conhecimento e, muitas vezes, o especialista em turismo desconhece a natureza e os avanços obtidos para poder aplicá-los na busca pelo saber em seu campo de atuação.

Com base nesta afirmação, Tulik (2003, p. 13) aborda, ainda, que a primeira questão a ser resolvida quando se tenta abordar o turismo rural é a dificuldade variada da utilização de termos como área, espaço, zona e meio aplicados ao turismo rural, ao problema de delimitação do rural e do urbano e às características e às transformações do espaço rural.

Estas questões resultam em expressões como Turismo no Espaço Rural e Turismo nas áreas Rurais. Sirgada apud Rodrigues (2000, p. 53) afirma, ainda, que

o próprio conceito de turismo rural tem no Brasil um sentido mais abrangente, envolvendo a fruição dos recursos rurais e as atividades desportivas e ecológicas, bem como a dimensão relativamente intangível da cultura e do modo de vida das comunidades rurais e/ou montanha.

Na conceituação de Rodrigues (2000) o turismo rural é dividido em: turismo rural tradicional (de origem agrícola e de colonização européia) e turismo rural contemporâneo (hotéis-fazenda, pousadas rurais, *spas* rurais, segunda residência campestre, campings rurais).

Partindo desta análise, algumas propriedades que praticam o turismo rural no Brasil, continuam praticando a forma tradicional, que contempla as atividades produtivas e também pode ser conceituado como agroturismo. (HEUSER e PATRÍCIO, 2006).

Já o segundo caso é praticado em vários pontos da região sul do Brasil, tais como alguns empreendimentos rurais da região serrana de Santa Catarina, onde percebe-se a existência de hotéis localizados em ambiente rural.

Outros autores também abordam as diferenciações entre os conceitos do turismo praticado no meio rural, entre eles, Campanhola e Silva (2000) diferenciam esta prática em turismo no meio rural e agroturismo.

No primeiro caso incluem-se os *spas* rurais, os centros de convenções rurais, os locais de treinamentos de executivos, os parques naturais para atividades esportivas, as visitas a museus, igrejas, os hotéis-fazendas, as fazendas-hotéis, os campings, as colônias de férias entre outros.

Neste caso o turismo rural é definido por Portuguez, Tamanini et al (2006, p. 12) como  
atividade realizada no meio rural apropriada por atores de cultura local rural e estimulada por um fluxo de pessoas que desejam a contemplação dos significados da sociedade local e seu entorno natural, com retorno para a economia regional.

Já o agroturismo é considerado como “prestação de qualquer serviço turístico, por motivos de férias e com preço, realizado no interior da exploração agrária, que se encontre em plena atividade agrícola, pecuária e florestal”. (CALS *apud* CAMPANHOLA e SILVA, 2000, p. 148).

Diante dos dois conceitos, percebe-se, portanto que o turismo rural está mais relacionado as atividades onde não necessita prioritariamente o envolvimento das atividades produtivas e o turista não precisa estar diretamente relacionado a estas atividades, ou seja, um hotel no meio rural ou a prática de atividades esportivas no meio rural, podem sim representar o turismo rural.

Já o agroturismo está diretamente relacionado às práticas produtivas da propriedade e o turista se envolve neste processo. Pires (2002, p. 103) afirma que o agroturismo “realiza-se em fazendas ou propriedades rurais. É um segmento do turismo em áreas rurais que se localiza em fazendas preferencialmente ativas, podendo o turista participar das diferentes atividades agropecuárias”.

Estudos recentes também relacionam a prática do turismo no meio rural com conceitos de turismo comunitário.

Turismo comunitário é apresentado por Sampaio (2005) e também por Coriolano (2006) e representa a percepção da comunidade que deve ser levada em consideração no processo de tomada de decisões em relação às atividades que devem ser realizadas em seu ambiente.

De acordo com Coriolano (2006) o turismo comunitário surge como contraposição ao chamado turismo de *resorts* e dos mega empreendimentos, pois muitas vezes a comunidade local sente-se usada pelos grandes empresários que constroem um mega empreendimento na região, mas não dão a contrapartida para a comunidade.

Além das diferentes conceituações existentes entre o turismo rural, evidenciam-se também as diferentes maneiras de administração e organização desse meio. Em seguida será abordado questões sobre a governança corporativa e o associativismo que são duas formas organizacionais encontradas nos objetos pesquisados.

## 1.1 TURISMO RURAL E AS DIFERENTES GOVERNANÇAS ENVOLVIDAS

Analisando diferentes casos de turismo rural existentes no Brasil percebe-se que as experiências foram moldando-se de diversas maneiras e organizando-se com diferentes formas de governança de acordo com as perspectivas de cada região. Löffler *apud* Kissler e Heidemann (2006, p. 482) apresentam governança como sendo

Uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.

Já Azevedo e Anastásia (2002) defendem que a governança não deve remeter somente ao Estado, mas envolver os aspectos da sociedade. Portanto a governança pode ser aplicada tanto nas corporações como na gestão pública.

Slomzki et al (2008) afirmam que além das questões político-institucionais de tomada de decisão, as formas de interlocução do Estado com os grupos organizados da sociedade, no que se refere ao processo de definição, acompanhamento e implementação de políticas públicas definem os aspectos de governança. De qualquer modo, é comum as discussões referentes ao termo argüirem quanto a um novo modelo de gestão tanto público quanto

privado que prioriza a transparência nas ações, a administração de relacionamentos e a cooperação, favorecido pela própria democracia e suas repercussões sociais e políticas.

Este trabalho parte deste quadro, compreendendo a governança como um subfenômeno do macro-fenômeno administrativo, que expressa sobretudo as instâncias e os processos de pactuação. Neste sentido, o mergulho analítico proposto considera diferentes formas de governança em dois diferentes modelos de turismo rural, onde se faz presente tanto a governança corporativa como as questões referentes ao associativismo.

Apresentando-se alguns conceitos de governança corporativa, primeiramente cita-se Andrade e Rosseti apud Slomski et al (2008, p. 07) que define como:

um conjunto de valores, princípios, propósitos e regras que rege o sistema de poder e os mecanismos de gestão das corporações, buscando a maximização da riqueza dos acionistas e atendimento dos direitos de outras partes interessadas, minimizando oportunismos conflitantes com este fim.

Ainda neste mesmo sentido Marques (2007, p. 13) afirma que a governança corporativa pode ser “descrita como mecanismos ou princípios que governam o processo decisório dentro de uma empresa [...] é um conjunto de regras que visam minimizar os problemas de agência”.

Desta forma, várias empresas começam a trabalhar com este conceito, aprimorando a sua governança, mostrando transparência em suas ações e desenvolvendo métodos que possibilitem o conhecimento da sociedade em relação a sua dinâmica administrativa. Esta abordagem, mais adiante, auxiliará na compreensão da experiência de Lages – SC.

Além da governança corporativa, outro tipo de organização do meio rural é o associativismo que tem como princípios a união de pessoas, grupos ou empreendimentos com um objetivo em comum, que pode ser o desenvolvimento de uma região ou das pessoas que residem no local.

Lima e Gomes (2005, p. 3831) afirmam que o associativismo

é um importante caminho para se buscar a representação de uma categoria, pela união por objetivos comuns, a aglutinação de idéias para o bem de um setor, o que só será obtido através de organização, transparência, responsabilidade e ética daqueles que se disponibilizam a levantar esta bandeira.

Diante disso o associativismo apresenta-se como uma possibilidade de criação de processos de desenvolvimento que evidenciem as relações de poder existentes em determinado local.

Com a realidade existente onde existe o avanço das práticas neoliberais e o Estado entra em crise é necessária a identificação da existência de sistemas econômicos evidenciados em princípios diferenciados do que vem sendo praticado até então. É aí que se apresentam a economia plural e também o associativismo.

Corroborando esta afirmação Laville apud Pinto (2006, p. 94) expõe que

A associação que corresponde juridicamente a uma estrutura forma e independente (...) não comercial a título principal, não distribuindo lucros a seus membros ou a seus administradores e comportando um componente de participação voluntária pode ser abordada sociologicamente como um espaço que opera a passagem da esfera privada à esfera pública por um encontro interpessoal.

Portanto, a vida associativa passa a ter um novo significado, onde os interesses comuns passam a ser privilegiados em detrimento de interesses individuais do cidadão. E é sob esta ótica que algumas localidades do meio rural vêm se organizando em forma associativa para buscar um bem comum a todos. Por conseguinte, este formato organizativo depreende um padrão de governança expressivo da sua própria natureza e justificativas.

A partir do conceito de governança, acima trabalhado estrutura-se o pressuposto de que este subfenômeno expressa e determina territorialidades no processo de desenvolvimento turístico rural. Portanto, partindo deste conceito, ao lado do conceito de turismo rural discute-se a questão da territorialidade e as relações que se apresentam com os temas já trabalhados.

## 1.2 TERRITORIALIDADE: CONCEITOS PARA COMPREENSÃO DO TURISMO NO MEIO RURAL.

Na compreensão do turismo no meio rural, o resgate das conceituações teóricas referentes ao termo territorialidade pode ser elucidativo. Suas diferentes interpretações, demonstrando o quanto as territorialidades vão se forjando na medida em que o turismo acontece e de que forma os fenômenos sociais vão se apresentando num cenário composto pelos acontecimentos do passado, do presente, juntamente com as características dos visitantes, atrelada as diferentes governanças envolvidas no processo de desenvolvimento.

Para entender a territorialidade, primeiramente apresenta-se um conceito de território que está diretamente relacionado ao primeiro conceito. Raffestin (1993, p. 143), por exemplo, afirma que

o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela abstração), o ator territorializa o espaço.

O sentido do agir e da apropriação são expressos pelo autor mais claramente em seguida: "o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações de poder".

Com estes conceitos surgem as diferentes territorialidades, que na medida em que se relacionam formam novas tecituras sociais. Mesquita (1995) afirma que a projeção da identidade dos indivíduos sobre o território, em processo que atua no nível subconsciente carregado de conteúdos emocionais, pode ser entendida como territorialidade.

Nesta mesma linha de análise Soja (1993) vê na territorialidade um fenômeno comportamental associado à organização do espaço em esferas de influência, ou em territórios claramente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos em parte, por seus ocupantes ou por aqueles que o definem.

Diante destas conceituações, procura-se evidenciar a importância de um estudo das territorialidades no meio rural, na medida em que existe um intercâmbio de experiências entre comunidade local e turistas. Como afirma Raffestin (1993, p. 160), "a vida é tecida por relações, daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações [...] compatíveis com o recurso do sistema".

Na questão do turismo Knafou (1999), aborda as territorialidades distintas que se confrontam nos lugares turísticos: "a territorialidade sedentária dos que aí vivem freqüentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam". Aqui se apresenta a teia social que acontece com a prática do turismo, ou seja, diferentes atores envolvidos, se inter relacionam com suas distintas territorialidades.

## **2 MÉTODO DE PESQUISA**

A pesquisa que fundamenta este artigo é um estudo qualitativo, analítico e descritivo de dois casos, comparados, ao final, mediante categorias previamente fundamentadas, reunindo o maior número possível de informações detalhadas, com a finalidade de apreender uma determinada situação e descrever a complexidade de um fato. (MARCONI e LAKATOS,

2006, p. 274), procurando elucidar, “(...) as situações onde se passam os fatos. Evidenciam o que, como, quando, entre outros aspectos estes fatos ocorrem, se justapõem e se inter-relacionam”. (SILVEIRA, 2004, p. 108).

A amostra considerada foi não probabilística e intencional, onde se está “interessado na opinião (ação, intenção) de determinados elementos da população, mas não representativos dela”. (MARCONI e LAKATOS, 1999, p. 54). Para obtenção dos resultados foram entrevistados os gerentes e proprietários dos empreendimentos rurais, a comunidade autóctone e os turistas, o que possibilitou a análise comparativa das duas experiências.

### **3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS DUAS EXPERIÊNCIAS**

Os modelos estudados apresentam realidades distintas. Em Lages a prática do turismo rural concentra-se em empreendimentos hoteleiros e a lógica corporativa é evidenciada, não tendo foco associativo. Ali, a prática do turismo rural decorre como alternativa para a economia do município, desestruturado após a queda da economia extrativa de madeira.

Neste sentido, a experiência de Lages evidencia-se como turismo no meio rural, ou seja, empreendimento que utiliza este meio como estratégia para atratividade da demanda.

Já em Joinville, a experiência analisada concentra-se mais no agroturismo, pois a maioria das propriedades que recebem o turista ainda funda-se em atividades ligadas a produção agrícola, ou de produtos artesanais.

O início desta prática em Joinville ocorreu a partir da organização dos proprietários rurais como uma forma de incentivar a agricultura familiar e evitar o êxodo rural. Como Joinville apresenta-se como pólo industrial do estado de Santa Catarina, os filhos dos agricultores já não viam interesse em permanecer no campo, visto que o trabalho na indústria era mais rentável. Percebeu-se que esta ainda é uma prática presente.

Tendo esta realidade evidente os proprietários organizaram-se em uma associação de turismo Eco-rural com a finalidade de garantir a subsistência das propriedades rurais.

Em entrevista com a coordenadora da área de turismo eco-rural da Promotur, órgão responsável pelo turismo do município de Joinville, evidenciou-se que embora a Associação seja ativa muitos associados não contribuem com a mesma e várias propriedades não percebem vantagem em participar de uma associação com esta finalidade não identificando

nesta benefícios extras. Como decorrência, a associação de Turismo Eco-Rural de Joinville ainda necessita de melhor estruturação para garantir que seus objetivos sejam cumpridos.

Em relação ao meio rural foi possível perceber nas duas experiências estudadas que os aspectos da rusticidade perdem-se à medida que os moradores destas áreas buscam a comodidade e a similaridade com a área urbana dos municípios. Isso fica claro ao analisarem-se os aspectos construtivos da região da Estrada Bonita em Joinville e também do próprio objeto de estudo do município de Lages. Também os acessos ao meio rural dos dois municípios, na maioria dos casos são asfaltados.

Finalizando esta análise, foi possível perceber que, mesmo apresentando-se com realidades diferenciadas, os dois municípios encontram problemas similares em relação à prática do turismo rural. Os proprietários praticam o turismo num meio que carece de estudos e que a população autóctone necessita de ajuda tanto no que diz respeito às questões econômicas, sociais e culturais.

Fazendo um paralelo entre a realidade encontrada e os conceitos referentes às questões de governança, destaca-se que a prática deve estar mais focada ao que realmente significa governança, principalmente no case de Joinville.

Portanto, a partir do momento que a prática do turismo for benéfica, sem afetar as diferentes territorialidades envolvidas e aplicando os conceitos de governança será possível uma melhoria nas condições de vida do meio rural nos dois municípios.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muitos são os estudos que abordam o tema turismo rural, porém este é um assunto que não se finda. Afirma-se isso por várias razões, entre elas a dificuldade conceitual do tema, a preocupação com o meio ambiente e com a comunidade local. Interessante citar também a dificuldade na distinção entre o meio rural e o meio urbano.

Com o crescimento demográfico e com a globalização, as diferentes territorialidades, principalmente as culturais, apresentam-se difusas e o habitante das áreas rurais tendem a reproduzir o que acontece nos grandes centros. Enquanto os moradores da cidade querem vivenciar o que acontece na área rural. É exatamente nesta difusão de territorialidades que acontece a espetacularização, principalmente do meio rural.

Partindo destes aspectos e concluindo este estudo destaca-se que do ponto de vista propositivo, recomenda-se que o município de Joinville efetivamente trabalhe com a questão associativa, pois, embora apresente uma Associação de Turismo Eco-Rural, esta ainda não está evidenciada para seus membros e para a comunidade e também seu trabalho não está sendo executado sobre as premissas teóricas que abordam o tema associativismo.

Em relação ao empreendimento estudado no município de Lages – SC é importante considerar os aspectos do entorno. Ficou evidenciado que a comunidade do distrito de Índios não tem contato com o empreendimento e a eles não é dada possibilidade para que isso aconteça. É necessário, portanto, que sejam realizadas capacitações e apresentadas possibilidades para que esta comunidade também se beneficie do empreendimento.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AZEVEDO, Sergio de. ANASTASIA, Fatima. Governança, “Accountability” e Responsividade. In: **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 1, jan-mar. 2002.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do turismo**. 8 ed. São Paulo: Ed. Senac, 2003.

BOULLÓN, Roberto C. **Las actividades turísticas y recreacionales**. México: Trillas, 2002.

CAPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano. O agroturismo como fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, Joaquim A. RIEDL, Mario (orgs). **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: Edusc, 2000.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006

EUSER, Donato Marcelo D. PATRÍCIO, Zuleica Maria. Agroturismo no contexto de núcleos familiares receptores de Santa Rosa de Lima (SC): Repercussões na qualidade de vida e caminhos para a sustentabilidade. In: **Turismo no Espaço Rural: Enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006.

KISSLER, Leo e HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: um novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Rev. Adm Pública (on line). 2006. vol. 40. nº 03. pp 479-499. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000300008&ing=pt&iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000300008&ing=pt&iso)> ISSN 0034.7612. doi: 10.1590/S0034-76122006000300008.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). Turismo e geografia. São Paulo, Hucitec, 1999, p. 62 - 74.

LIMA, Irê Silva. GOMES, Andréia de Fátima Rodrigues. Associativismo como estratégia de expansão. In: **Anais XXV Encontro Nac. de Eng. da Produção**. Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 nov 2005.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

MARQUES, Maria da Conceição da Costa. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v. 11, n.2, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141565552007000200002&Ing=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552007000200002&Ing=pt&nrm=iso)>. Acesso em 18 jul 2008.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z. BRANDÃO, C. (orgs). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS; Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UNISC, 1995.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. TAMANINI, Elizabete. SANTIL, José A. S. et al.(orgs) **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo. Ed. Atica, 1993.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo Rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim A. RIEDL, Mario (orgs). **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: Edusc, 2000.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. FIALHO, Marco Antonio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio. RIEDL, Mario (orgs.). **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. Bauru, SP: Edusc, 2000.

SILVEIRA, Amélia (coord) ...[et al]. **Roteiro Básico para Apresentação e Editoração de Teses, Dissertações e Monografias**. 2 ed. Blumenau SC: Edifurb, 2004.

SLOMSKI, Valmor...[ET al]. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TULIK, Olga. **Turismo Rural**. São Paulo: Editora Aleph, 2003.